

ATA NÚMERO TRINTA

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA
NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2020**

Aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. Rita Isabel Almeida Silva, Vereadora, devidamente convocada para o efeito, encontrava-se ausente por motivo devidamente justificado. -----

Secretariou a reunião Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas quinze horas. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA 2021: -----

- RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

- ORÇAMENTO -----

- NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

O Senhor Presidente informou que foi entregue aos Senhores Vereadores uma errata retificativa ao orçamento. -
Afirmou que no orçamento apresentado para o próximo ano, existe um acréscimo de 23, 31%, relativamente ao que foi orçamentado e votado para o ano corrente. -----

A proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara é de um orçamento global de € 8.796.892, sendo € 1.161.514 relativo ao pagamento de dívida. Foram igualmente apresentados vários investimentos previstos que se concretizem em 2021 no Concelho de Fornos de Algodres, nomeadamente: -----

- Requalificação do Mercado Municipal de Fornos de Algodres - € 1.089.596; -----

- Construção da Área de Acolhimento Empresarial de Juncais - € 794.998; -----

- Requalificação da Rua Dr. Fernando Menano com ligação ao Centro Escolar de Fornos de Algodres - € 243.304; -----

- Requalificação da Escola de Figueiró da Granja - € 282.770 (esta empreitada já se encontra em execução, estando previsto o seu término em meados de 2021). -----

O Senhor Presidente realçou que todos os investimentos citados já se encontram em fase de concurso, pelo que, no primeiro trimestre de 2021 deverão arrancar as obras. -----

Ainda o Senhor Presidente destacou que outro aspeto importante deste orçamento está focado nas famílias, com a diminuição do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), para 0,43%, diminuindo gradualmente nos próximos anos. Após várias tentativas para a diminuição de impostos, só após revisão do PAM, que ocorreu este ano, foi possível obter parecer positivo do Fundo de Apoio Municipal, faltando neste momento consultar a ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----

O Senhor Presidente afirmou que o principal objetivo seria alcançar uma diminuição mais acentuada e em diferentes impostos tais como IRS e Derrama, no entanto, considerou e reconheceu que a pesada dívida herdada condicionou o parecer do Fundo de Apoio Municipal e a atividade diária do Executivo, frisando que, depois de várias tentativas junto do FAM, e dadas as contingências herdadas do passado, foi possível alcançar a diminuição no IMI para 0,43%. -----

O Senhor Presidente informou que foi proposto ao Governo para que seja realizada uma alteração à lei do FAM, de modo a que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres possa num futuro breve, baixar o IRS e a Derrama, como forma de ajudar as empresas e pessoas residentes no concelho de Fornos de Algodres, como aliás tem sido apanágio deste Executivo Municipal. -----

O Senhor Presidente afirmou que com a aceitação da descentralização de Educação, outro dos aspetos vertidos no orçamento para 2021 é a ajuda à economia local, nomeadamente com a confeção de refeições escolares para todo o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres que passou a ser, em 2020, da responsabilidade da Câmara Municipal, apresentando o orçamento um forte investimento na aquisição de bens aos operadores económicos locais. É também objetivo do Executivo Municipal reduzir o número de intermediários na cadeia de distribuição, escoar os produtos locais, bem como garantir uma proximidade geográfica contribuindo em termos ambientais para a redução das emissões de CO2 para a atmosfera. -----

Ainda o Senhor Presidente deixou vincado que o orçamento para 2021, à semelhança dos anteriores, está assente em eixos estratégicos de desenvolvimento e contém uma componente extremamente importante para o equilíbrio das diferentes bases: a cooperação institucional. Este orçamento irá permitir, uma vez mais, prosseguir o caminho da cooperação institucional, por exemplo, com as Juntas de Freguesia, as Associações locais, os produtores locais, o Instituto Politécnico da Guarda, o CERVAS, o GEOPARK, a CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a AMCB - Associação de Municípios da Cova da Beira, a ADIRAM, com o Órgão de Gestão do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres e, essencialmente, com as pessoas do nosso Concelho. -----

Referiu ainda que o aumento de custos com pessoal, deve-se à integração do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, no quadro de pessoal da Câmara Municipal. -----

Ao finalizar a sua intervenção para a apresentação do orçamento da Câmara Municipal para o ano 2021, o Senhor Presidente disse que este é um orçamento todo ele efetuado pelos técnicos da Câmara Municipal, ao contrário de mandatos anteriores, em que era contratada uma empresa externa em regime de “outsourcing”, onde eram pagos honorários bastante elevados para produzir um documento que ficava muito aquém do que é apresentado pelos nossos técnicos, terminando a sua intervenção para lembrar que uma vez mais este orçamento é focado nas pessoas, mantendo o rigor e responsabilidade que este Executivo sempre teve. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues saudou os presentes para de seguida interpelar o Senhor Presidente, no sentido que o mesmo a informasse desde que data sabia que seria possível baixar o IMI para 0,43%, tendo o Senhor Presidente respondido prontamente que essa informação apenas lhe foi transmitida pelos responsáveis do FAM há cerca de 2 dias, data em que foi enviada a convocatória para esta reunião extraordinária. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote, cumprimentou todos os presentes, para de seguida agradecer às Divisões Técnica Municipal e de Administração Geral, na pessoa dos respetivos Chefes de Divisão presentes, todo o trabalho efetuado pelos colaboradores da Câmara Municipal, para que estes documentos provisionais para o ano 2021 tivessem sido elaborados com critério e exequibilidade, apesar das restrições que todos nós sobejamente conhecemos, tendo sido feito um périplo por todas as secções, Juntas de Freguesia, Vereadores e demais partidos representativos na Assembleia Municipal, para que os mesmos apresentassem sugestões para a elaboração dos documentos supra referidos. -----

Ainda o mesmo Vereador congratulou-se pelos esforços envidados junto do FAM por parte do Executivo Municipal, que permitiu uma baixa significativa no valor do IMI que os residentes no concelho irão pagar, cifrando-se a taxa em 0,43%, devendo a mesma baixar progressivamente de dois em dois anos, passando para 0,42% daqui a dois anos e assim sucessivamente com uma redução de 0,01% a cada dois anos, ressalvando que futuramente espera que a derrama e a taxa de IRS sejam também alvos de diminuição nas suas taxas. Contudo prosseguiu o Senhor Vereador para que isso seja possível, terá de existir uma alteração à lei do FAM e só o Governo a poderá revogar em sede própria ou seja, na Assembleia da República. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote, assumiu que este é um orçamento ambicioso e realista, que não compromete os Executivos que vierem no futuro a ser eleitos para a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, ao contrário daquilo que aconteceu no passado, onde a pesada herança reflexo da má gestão camarária feita à época, ainda hoje continua a comprometer a gestão e as opções atuais, tendo em vista a dívida colossal herdada. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, para em seguida dizer que faz suas as palavras proferidas tanto pelo Senhor Presidente, como pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, acrescentando que os documentos provisionais têm vindo a melhorar de ano para ano, dando os parabéns a todos os técnicos que contribuíram para a elaboração dos mesmos. -----

O Senhor Vereador destacou do presente orçamento a conclusão da empreitada da Requalificação da Escola de Figueiró da Granja, uma obra a pensar no presente e no futuro da freguesia. Na área do ambiente destacou que

se iria dar continuidade a projetos já sólidos, como por exemplo o Plano de Monitorização da Qualidade da Água dos Fontanários, em parceria com o IPG, o Projeto de Observação de Aves, em parceria com o CERVAS ou do Programa de Educação Ambiental, destacando a participação do Agrupamento de Escolas. Evidenciou que existe uma matéria nova que será trabalhada no próximo ano: o Programa de Sistema de Recolha de Biorresíduos. -----

O Senhor Vereador congratulou-se por existir uma verba alocada para a execução do projeto WiFi4EU. Este projeto terá como objetivo levar a internet a todas as freguesias. -----

Em termos da descentralização das competências da educação, no que concerne à confeção das refeições, o mesmo Vereador afirmou que se tem falado a nível Nacional das cadeias curtas de distribuição e, aqui em Fornos de Algodres, de uma forma simples já se está a implementar. Ou seja, com a aquisição de produtos a produtores residentes no nosso concelho, estamos a contribuir para o fomento da economia local e para a descarbonização. Ainda neste âmbito, o Senhor Vereador destacou a importante colaboração com os funcionários alocados ao Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres. -----

Ainda o Senhor Vereador Bruno Costa na sua intervenção deixou uma palavra de agradecimento ao Eng. Alberto Almeida, pelo seu empenho e profissionalismo na área da contratação pública. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues interveio para dar os parabéns aos técnicos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres que estiveram envolvidos na elaboração dos documentos provisionais para o ano 2021, no entanto lamentou não terem existido debates prévios entre todos os elementos do Executivo Municipal com ou sem pelouros atribuídos, de forma a se agilizar de forma uníssona os documentos, pois a mesma considera os documentos vastos e pouco esclarecedores, podendo em algumas rúbricas terem existido melhorias, caso tivesse existido essa articulação prévia. -----

Ainda a mesma Vereadora afirmou que considera bastante pouco a diminuição do IMI de 0,45% para 0,43%, lamentando que o seu partido (PSD - Partido Social Democrata), que representa nesta Câmara Municipal tenha questionado o Senhor Presidente, acerca desta temática no que diz respeito à descida de outros impostos tais como a derrama ou IRS, lembrando que mesmo em sede de reuniões de Assembleia Municipal os membros eleitos pelo PSD não tenham sido esclarecidos, no entanto reconheceu que o PSD enviou para a Câmara Municipal um documento com algumas sugestões de forma a serem objeto de apreciação, votação e implementadas no próximo ano. -----

O Senhor Presidente voltou a esclarecer que para baixar a percentagem do valor a pagar nos referidos impostos, será necessário existir uma alteração à Lei do FAM e essa é uma responsabilidade do Governo que terá de ser debatida e votada em sede própria: a Assembleia da República. -----

O Senhor Presidente, lembrou que o PSD - Partido Social Democrata é o único responsável para que todas as restantes taxas não possam descer e caso não exista uma alteração legislativa, até ao ano 2052, nada poderá ser feito neste âmbito, salvaguardando que a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues nesses tempos ainda não era Vereadora na Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

Por sua vez, a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues sugeriu que a moratória no pagamento de juros de cerca de 9 meses devido à Lei da "Pandemia", deveria servir para amortizar a dívida e nesse caso encurtar o prazo de pagamento da mesma. -----

O Senhor Presidente usou da palavra para dizer que o que considera ser mais grave, é que a dívida real nunca foi dada a conhecer na totalidade, pois quando assumiu a presidência desta Câmara Municipal não estava explanado em qualquer documento a existência de dívida não declarada. Foi já este executivo, continuou o Senhor Presidente, que resolveu mais esse problema refletindo essa dívida herdada da governação do PSD no Plano de Ajustamento Municipal. Relembrou que o Município de Fornos de Algodres é o Município mais endividado "per capita" do país, reconhecendo que nestes últimos sete anos em que é presidente a dívida tem baixado significativamente devido à gestão rigorosíssima e que a marca deixada pela gestão do PSD nesta Câmara Municipal foi a dívida de cerca de 36 milhões de euros. -----

A Senhora Vereadora solicitou saber qual o valor que à presente data a Câmara Municipal tem em conta corrente. O Chefe de Divisão de Administração Geral informou que a conta corrente no dia de hoje ronda cerca de um milhão de euros, tendo em seguida o Senhor Presidente esclarecido que este valor se deve às contingências tidas por força da pandemia da COVID - 19, com verbas que continuam no orçamento para projetos que ainda não se iniciaram, mas que terão início brevemente, como por exemplo a Zona Industrial de Juncais e o Mercado Municipal. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote, interveio para afirmar que foi lançado o repto para sugestões na elaboração do orçamento para o próximo ano a todas a Juntas de Freguesia, Vereadores, partidos com assento na Assembleia Municipal e que as únicas propostas e sugestões que vieram, surgiram dos presidentes de Junta de Freguesia, do CDS/PP e do Partido Social Democrata, reconhecendo que este último apresentou propostas pouco condizentes com a responsabilidade que um Partido como o PSD deve ter na discussão de um dos documentos mais importantes para o concelho.-----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues interrogou se os cerca de 350.000 euros gastos, segundo a Câmara Municipal, com a pandemia da COVID - 19 (facto com que a Senhora Vereadora discorda por, segunda a mesma, muitas das despesas já estarem pensadas anteriormente) estavam já programados a ser entregues às pessoas nomeadamente na aquisição de EPI - Equipamentos de Proteção Individual, Bolsas de Estudo, apoio aos agricultores e Juntas de Freguesia. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu afirmativamente, dizendo que essa informação já tinha sido dada numa reunião de Câmara Municipal anterior, onde se encontrava esmiuçado os valores aplicados neste âmbito. -

O Senhor Vereador Bruno Costa, questionou a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues, se era a favor ou contra a descida do IMI no concelho de Fornos de Algodres. -----

De seguida a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues respondeu que era lamentável esta questão vir para uma reunião de Câmara Municipal, afirmando que sempre votou contra a taxa máxima de IMI, exceto na última vez, pois concordou com a justificação do atual executivo para a maximização das taxas, em concordância com o que consta do Plano de Ajustamento Municipal. -----

Ainda a mesma Vereadora respondeu ao Senhor Vereador Alexandre Lote para lhe dizer que as suas propostas não constam dos documentos apresentados, salientando que deveriam ter existido reuniões prévias com o Senhor Presidente e todos os Vereadores, de forma a que não tivesse acesso aos documentos em “cima da hora” e com isso não lhe é permitido alterar o que quer que seja. -----

O Senhor Presidente aproveitou o ensejo para dizer que o PSD quando tinha a maioria no Executivo Municipal, nunca baixou as taxas de IMI, quando os membros do PS com assento na Assembleia Municipal fizeram essa proposta, esclarecendo ainda que o PSD na ocasião votou contra porque sabia que não poderia baixar qualquer imposto dada a situação financeira calamitosa em que se encontrava a Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote, esclareceu a Senhora Vereadora, dizendo que só na passada sexta-feira por um imperativo legal foi possível concluir os documentos apresentados, lembrando que foram contactados todos os vereadores para apresentação de propostas e que a Senhora Vereadora não apresentou qualquer proposta para o documento. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues, disse que escutou numa reunião que os valores dos seguros pagos pela Câmara Municipal tinham baixado, para em seguida perguntar se essa informação era correta e qual a razão de se ter baixado esse valor. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote esclareceu que dada a concorrência e também os valores dos seguros em termos gerais devido à pandemia da COVID - 19 terem baixado, foi possível conseguir baixar a verba dos seguros paga pela Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente acrescentou que os seguros foram objeto de concurso público e que comportam as viaturas, edifícios e responsabilidade civil e outros, dizendo que os seguros de acidentes pessoais se encontram inscritos noutra rúbrica macroeconómica por imperativo legal. -----

A Senhora Vereadora interrogou porque estava previsto um aumento a investir com o bem-estar animal, pois no seu entender a ação social é que deveria ver a verba reforçada, lembrando que o lema de campanha do Partido Socialista na anterior campanha para as eleições autárquicas, era “as pessoas em primeiro lugar”. -----

O Senhor Presidente disse que cada um lê os documentos da forma que quer, esclarecendo que o aumento da verba para o bem-estar animal, é um imperativo legal que obriga o Município a ter um Centro Oficial de Recolha (CRO), facto esse já consumado, muito embora seja de dimensões reduzidas e terá que ser ampliado, caso contrário a Câmara Municipal teria que pagar uma diária a CRO de outros concelhos para que os mesmos acolhessem os cães. Lembrou ainda que em termos de Ação Social devem existir poucas Câmaras Municipais a investirem tanto nessa área como a Câmara Municipal de Fornos de Algodres o faz, pois não há ninguém que recorra aos serviços de ação social da Câmara Municipal e não seja atendido, sendo todas as solicitações alvo de uma análise criteriosa por parte da Técnica Superior de Ação Social, tendo o Município projetos inovadores como por exemplo o Serviço Municipal de Teleassistência. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues disse que a Câmara deveria incentivar mais os produtores de queijo, para que um maior número de jovens se instalasse e dessa forma elevar o nome do concelho. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa respondeu que esse trabalho está a ser realizado com a ajuda do Senhor Eng. João Gomes. Informou, uma vez mais, que apenas num ano se conseguiu um aumento de 2 para 6, em termos de queijarias certificadas - (DOP), acrescentando que neste momento o concelho de Fornos de Algodres, entre os concelhos que integram a Região Demarcada para a produção do Queijo Serra da Estrela, é o único em que não existe stock deste produto de excelência. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote interveio para lembrar que para o próximo ano está previsto um dos maiores investimentos em termos turísticos no concelho, nomeadamente com o investimento a ser realizado no CHIAFA, enquadrado em fundos comunitários. -----

O Senhor Presidente disse que este será o último orçamento elaborado neste mandato, referindo que o mesmo é o possível, exequível e acima de tudo bastante rigoroso, de forma a que o próximo elenco governativo da Câmara de Fornos não fique condicionado nas suas opções por nada além dos muitos erros cometidos pela gestão do PSD nesta Câmara Municipal no passado, trazendo com isso gravíssimos problemas para o desenvolvimento do concelho de Fornos de Algodres. -----

Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com um voto contra da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues -----

2 - PROPOSTA PARA QUE SE SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA O ANO 2021: -----

- RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

- ORÇAMENTO -----

- NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

O Senhor Presidente propôs que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes documentos para 2021: -----

Relatório do Orçamento -----

Orçamento -----

Normas para Execução do Orçamento -----

Grandes Opções do Plano -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

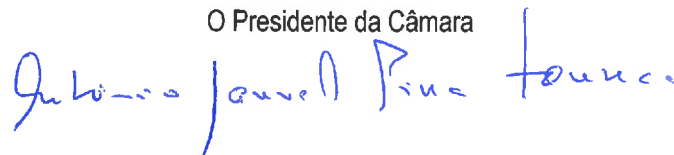
3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Luís Filipe Rodrigues dos Reis)

3 anos depois e a caminho do 4 e último orçamento continuamos com uma mão cheia de nada.!!!

Alguns dos investimentos aqui previstos têm mantido o sonho da gestão autárquica já em anos anteriores. Curiosamente acredito acabar o meu mandato sem ver que o sonho almejado seja concretizado, para infelicidade das gentes da nossa terra!

Da análise que fiz dos documentos apresentados não me espanta que continuemos a ter como prioridade os gastos com despesas correntes cerca de 62% (cerca de seis milhões) dos quase nove milhões de receitas. Sim, é verdade! Da despesa corrente cerca de 30% são despesas com pessoal e mesmo assim ainda necessitamos de gastar 22% para despesas em aquisição bens e serviços o que demonstra uma clara falta de confiança nos seus funcionários ou então talvez não os saibam gerir. Se necessitamos de funcionários qualificados no desempenho de diversas e diferentes atividades à que lhes proporcionar formação adequada e apropriada por forma a rentabilizar a prestação dos mesmos e diminuir as despesas. O facto de não ter existido procura e incentivo ao investimento, criação de emprego e medidas de incentivo à fixação de pessoas, tornou este município dependente do estado ficando assim muito aquém do cumprimento da responsabilidade para a qual foi eleito. Alocar os dinheiro públicos onde mais são necessários é prioritário mas não menos importante é criar fontes de financiamento próprio.

Não é aceitável nem compreensível que na atual conjuntura de pandemia provocada pelo vírus covid 19 este orçamento contemple apenas as Juntas de Freguesia com 72 mil euros e as instituições sem fins lucrativos com 135 mil euros. As Juntas de Freguesia são, na pessoa dos seus Presidentes os que mais sentem as carências dos seus munícipes, as suas necessidades, angústias e medos e devem estar preparados para na hora e momento certo resolver os problemas e para isso necessitam de uma almofada financeira mais justa. Apresento aqui o meu agradecimento público a todos os Presidentes de Junta pelo apoio e acompanhamento que manifestaram à população das suas aldeias neste momento difícil que vivemos. Foram pioneiros na ajuda às populações, encontraram medidas e meios de atenuar a insegurança e o medo, elucidaram e protegeram partilharam equipamentos de proteção e mais importante ainda levaram uma palavra amiga e de confiança.

Também no âmbito da Ação Social o programa Municipal da Promoção de saúde foi miseravelmente contemplada com 17375 euros, no entanto o Programa de Promoção de Bem Estar e Saúde Animal foi contemplado com 47000 euros. Ressalvo o facto de a este último programa corresponder 47% da rúbrica da Ação Social e Saúde. Que aconteceria se o lema do PS não fosse "Apostamos no que verdadeiramente importa "as pessoas"?

Não foi atribuído prioridade a dois dos setores onde o investimento é mais sustentável: o turismo e a agricultura. Um concelho rico em património material e imaterial, com boas condições de acolhimento, boas paisagens, bons acessos rodoviários e belíssimo ar puro necessita que o turismo seja uma prioridade orçamental forte, com um dinamismo efetivo contínuo e sistemático. A par do turismo e sendo este um concelho rural onde a joia da coroa é o nosso famoso queijo da serra sem detrimento de outros produtos endógenos devia ser também uma forte aposta orçamental. Este entendimento não é visível nos documentos apresentados atribuindo 45375 e 26500 euros respetivamente ao turismo e agricultura.

Pela positiva e como professora vejo a contínua aposta na educação com bons olhos, reconhecendo mérito no acolhimento aos jovens e famílias. No entanto, mais uma vez refiro que é possível manter a qualidade e baixar as despesas com a educação bastando para tanto que o município envide esforços na aquisição de viaturas de transporte escolar e qualifique funcionários como motoristas dos mesmos. Ainda neste âmbito da Educação considero ser curta a verba atribuída às bolsas de estudos dos alunos do Ensino Superior. As famílias, na sua maioria, vivem com orçamentos pequenos que não lhes permite facilmente suportar os encargos da educação dos seus filhos. Esta ação social cabe ao município o dever de a reforçar a bem dos jovens e do concelho. Uma população culta é com toda a certeza uma população ativa e produtiva.

Mais uma vez não é visível a criação de incentivos à economia, ao turismo à indústria, à fixação de pessoas e famílias e nem são visíveis grandes apoios a nível social.

As grandes Opções do Plano não são apropriadas para o desenvolvimento do município e refletem a falta de visão do executivo.

Ainda que o ano de 2021, infelizmente, esteja repleto de incógnitas, tendo em conta toda a situação particular que vivemos com esta pandemia da COVID-19, a poupança realizada com a não realização de eventos culturais como: a Feira do Queijo, as Festas da Vila, o Festival Biodiversity, o Torneio YouthCup, nunca esquecendo também a moratória do empréstimo que foi aprovada, que poupou cerca de 1 Milhão de Euros ao Município deveria traduzir-se numa oportunidade de alocar essa habitual despesa para outras rubricas!

Contrariamente ao que constantemente é divulgado “ a culpa é da dívida” o executivo tinha e tem mais que condições para uma governação equilibrada, produtiva e propícia à criação de receita e expansão. O nosso concelho bem situado geograficamente com bons acessos e apetrechado de várias infra-estruturas, podia crescer a nível populacional, económica e industrialmente se outras opções se tomassem.

O fraco aproveitamento das potencialidades da região e população vão continuar a manter-nos aquém de concelhos vizinhos.

Por todas estas razões, votarei contra o Orçamento que vossas excelências propõem para o ano de 2021. “Fornos merece mais ”...